



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Ararendá
Processo:	00002545320198060037
Classe do Processo:	Petições Intermediárias Diversas
Data/Hora:	26/10/2021 16:37:35

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro S.A
--------------	--

**Documentos**

Petição:	2630507_MANIFESTACAO_ SOBRE_DOCS_02 - 1-2.pdf
----------	--



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARARENDÁ/CE

Processo n.º 00002545320198060037

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA KARINE ALVES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao último despacho exarado sobre a inclusão de novo autor no polo ativo, manifestar-se negando veementemente a inclusão, aproveitando a oportunidade para apresentar o entendimento jurisprudencial a respeito do tema.

Vejamos:

*“Ilegitimidade ad causam - Polo ativo - Ação de indenização por perdas e danos - Reconhecimento - Representante legal da empresa que firmou o contrato de prestação de serviços de representação comercial com a empresa-ré, não tem legitimidade para ajuizar ação em nome próprio - Alteração do pólo ativo após a citação e contestação - Impossibilidade - Respeito ao princípio da estabilização subjetiva do processo - Inteligência dos artigos 41 e 264 do Código de Processo Civil - Extinção do processo, sem julgamento de mérito - Apelação desprovida .(TJ-SP - APL: 7128550200 SP , Relator: José Reynaldo, Data de Julgamento: 06/08/2008, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 27/08/2008)*

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÃO DO PÓLO ATIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL APÓS A CITAÇÃO VÁLIDA E A CONTESTAÇÃO DORÉU: IMPOSSIBILIDADE, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ESTABILIZAÇÃO SUBJETIVA DO PROCESSO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. JUROS COMPENSATÓRIOS. SUB-ROGAÇÃO: POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I - Por força do princípio da estabilização subjetiva do processo, prestigiado nos arts. 41 e 264 do CPC, feita a citação validamente, não é mais possível alterar a composição dos polos da relação jurídica processual, salvo as substituições permitidas por lei. II - O adquirente de imóvel já ocupado pelo Poder Público também faz jus aos juros compensatórios, desde que a indenização ainda não tenha sido paga. III - Recurso especial conhecido e parcialmente provido.*

*(STJ - REsp: 151877 PR 1997/0073785-3, Relator: Ministro ADHEMAR MACIEL, Data de Julgamento: 08/10/1998, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 22/02/1999 p. 92)*

Por fim, vale dizer que o artigo 329, do CPC, aduz que o autor apenas poderá aditar a inicial, independente do consentimento do réu, até a citação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ARARENDA, 25 de outubro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**